



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009880-91.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Veridiana Fatima Marucio**
 Impetrado: **Diretora da Ciretran de São Carlos/sp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

VERIDIANA FÁTIMA MARUCIO impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora Técnica da 26ª CIRETRAN, objetivando a anulação do procedimento de cassação de sua CNH, sustentando que cumpriu todas as determinações administrativas durante o período de suspensão de sua habilitação e que não foi flagrada dirigindo neste período, não podendo ser punida simplesmente por ser proprietária do veículo envolvido na infração objeto dos autos, conduzido à época por terceira pessoa. Aduz, ainda, que não recebeu a notificação para indicar o real condutor.

A liminar foi indeferida (fls. 24). Seguiram-se as informações da autoridade impetrada (fls. 384/86), que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 87/99.

O Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 107).

O Departamento Estadual de Trânsito requereu seu ingresso na lide na qualidade de assistente litisconsorcial (fls. 108).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009 admito o ingresso ao feito, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, como assistente litisconsorcial. Anote-se.

A situação enfocada nestes autos não permite seja concedida a segurança pleiteada.

Preliminarmente, é preciso observar que a penalidade aplicada pela Municipalidade de Campinas é que deflagrou o procedimento contra a impetrante (fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

90), sendo esse Município, portanto, o ente competente pela remessa postal da Notificação da Autuação acompanhada de Formulário de Identificação do Condutor Infrator.

Pois bem.

Não é caso de anular a penalidade de cassação do direito de dirigir, pois a penalidade foi imposta à impetrante porque ela, sendo a pessoa em cujo nome está registrado o veículo, é presumivelmente a infratora, presunção que só cessaria se fosse regularmente indicado o condutor, assumindo este a autoria, o que não ocorreu em momento algum.

Por outro lado, não há prova de que não foi regularmente notificada do auto de infração (e era seu o ônus de produzi-la, exibindo para tanto certidão do órgão autuador - Município de Campinas).

De fato, não tem a autoridade apontada como coatora, vinculada ao DETRAN/SP, de provar que houve a dupla notificação **referentemente à autuação lavrada** e considerada no processo administrativo de cassação do direito de dirigir da impetrante, pois o órgão autuador é outro (Município de Campinas- fls. 90) que nem integra a relação jurídica processual.

Nesse sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação nº 994.03.053864-36ª Câ. de Dir. Público, Rel. Des. Leme de Campos, v.u., j. 8.11.2010, cujo trecho destaca-se a seguir:

"(...)

As multas em questão foram impostas pela Municipalidade de São Paulo, por meio do seu Departamento do Serviço Viário - DSV, que é o ente competente pela remessa postal da notificação. Porém, tal pessoa não foi incluída no pólo passivo do presente 'mandamus', a fim de defender seus atos. Ora, o Delegado de Polícia Diretor da Divisão de Habilitação do DETRAN não é o responsável pela lavratura dos autos de infração, tampouco pela expedição das notificações enviadas aos infratores, razão pela qual não pode responder sobre a regularidade ou o envio das citadas missivas. A propósito, em suas informações, a autoridade impetrada informou que não poderia defender a legalidade das multas em apreço, aplicadas por outro ente público" (TJSP, Ap. 994.03.053864-3, 6ª Câ. de Dir. Público, Rel. Des. Leme de Campos, v.u., j. 8.11.10).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ou como ponderado neste outro julgado, "*a autuação é de responsabilidade da autoridade de trânsito do Município, não havendo como se exigir da autoridade apontada como coatora a produção de prova contrária à mera alegação do impetrante sobre a não notificação das multas*" (TJSP, Ap. 908.72 7-5/6-00, 6ª Câ. de Dir. Público, Rel. Des. José Habice, v.u., j. 14.9.09).

Desse modo, nota-se que a impetrante teve instaurado procedimento administrativo para cassação de sua CNH porque recebeu nova infração no decorrer da suspensão da CNH, sendo de sua responsabilidade providenciar a transferência da pontuação a terceiro. E porque não providenciou a transferência no prazo do art. 256, § 7º do CTB, incide a preclusão temporal.

Por outro lado, não é necessário flagrante para ensejar a cassação do direito de dirigir com fundamento no art. 263, I, do C.T.B., bastando que ocorra autuação a indicar situação que se amolde ao preceito legal aludido.

Neste sentido é a Jurisprudência:

APELAÇÃO CNH Infrações cometidas durante o período de suspensão Cassação Alegação de que as autuações não foram em flagrante, nos termos do artigo 263, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução nº 182/05 do CONTRAN Interpretação sistemática Inteligência do art. 257, § 7º, do CTB Não indicação de terceiro condutor Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo Sentença de improcedência mantida RECURSO NÃO PROVIDO. Interpretação sistemática do Código de Trânsito Brasileiro permite concluir que se o condutor, regularmente notificado pelo órgão competente, não apontou terceira pessoa, é considerado infrator, e responde como se também fora o condutor, independentemente do fato de ter ou não sido autuado em "flagrante". (Apelação nº 0021674-89.2011.8.26.0053, 1ª Câmara de Direito Público, Relator(a): Vicente de Abreu Amadei, Data do julgamento: 07/08/2012).

Apelação Cível. Cassação de CNH. Infrações de trânsito durante o período de cumprimento da penalidade de suspensão do direito de dirigir. Alegação de que não foi flagrado conduzindo o veículo no período de suspensão do direito de dirigir, nos termos do artigo 263, I do CTB e art. 19, § 3º da Resolução 182/05 do CONTRAN. Ausência de notificação para indicar o condutor do veículo. Nulidade do procedimento administrativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Inadmissibilidade. A expressão "Sendo o infrator flagrado conduzindo veículo" constante na Resolução nº 182/05 do CONTRAN, não tem o alcance pretendido pelo autor. Presunção legal de que é o proprietário quem circula com o veículo, não havendo necessidade de identificação pessoal do condutor. Resolução que deve ser interpretada sistematicamente com o art. 257, § 7º, do CTB. Mudança de domicílio sem comunicação do novo endereço ao órgão de trânsito. Notificações válidas por força do § 1º do artigo 282 do Código de Trânsito Brasileiro. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação nº 0013470-85.2013.8.26.0053, 3ª Câmara de Direito Público, Relator(a): Ronaldo Andrade, Data do julgamento: 15/07/2014).

Assim, não há como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra violação a direito líquido e certo, não havendo ilegalidade administrativa a ser reparada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando a impetrante com as custas processuais, ressalvado a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do Código de Processo Civil.

Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

P.I.C.

São Carlos, 06 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**